

# Ação coletiva e movimentos sociais: em busca de uma metodologia analítica<sup>1</sup>

**Josimar Priori<sup>2</sup>**  
**Celene Tonella<sup>3</sup>**

## Resumo

Busca-se neste artigo apresentar os resultados de uma pesquisa realizada com associações de moradores no município de Sarandi – Paraná. A incorporação de um conjunto de referências teóricas que valorizam a ação humana sem negligenciar a influência da estrutura permitiu fazer uma análise da ação política de sujeitos associativos, reconhecendo sua capacidade criativa, mas considerando ao mesmo tempo as influências histórico-sociais, seja no nível local ou no mais amplo. Tal pesquisa nos levou a identificar a constituição de três padrões de atuação no conjunto das associações de moradores em Sarandi, quais sejam, democrático-participativo, governista e o que chamamos de *seleção estratégica*, termo cunhado por nós a partir da análise dos dados da pesquisa.

**Palavras-chave:** Ação humana. Projeto político. Democracia.

## I Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar uma metodologia teórico-analítica sobre organizações populares a partir de um estudo realizado no município de Sarandi-PR com associações de moradores. A pesquisa foi norteadada pelo esforço de realizar uma abordagem que pudesse revelar o perfil dos diferentes sujeitos associativos, bem como as referências que buscam para fundamentar sua ação, sem, no entanto, rotulá-los *a priori* como sujeitos democráticos ou autoritários. Para tanto, o entendimento é que as características desses sujeitos só podem ser determinadas *a posteriori*, ou seja, após a investigação.

---

1 Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no III Fórum de Ciência Política, ocorrido na Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 31 de julho e 2 de agosto de 2013.

2 Professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Pesquisador do NaMargem - Núcleo de Pesquisas urbanas - Centro de Estudos da Metrópole (CEM). Email: josimarpriori@hotmail.com.

3 Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (PQC/UEM). Email: ctonella@uol.com.br.

A fundamentação teórica foi buscada num conjunto de autores que vai desde Karl Marx, Edward Thompson, Hannah Arendt e passa por Eder Sader, Marcelo K. Silva, Goetz Ottmann e Evelina Dagnino. Concebemos, então, a dialética que existe entre sujeito e estrutura, o que permite a manifestação da ação humana, condição distintiva da política, segundo Hannah Arendt. O conceito de projeto político de Evelina Dagnino é central na análise, pois permite conceber a política como disputa, não apenas no nível institucional, mas em toda extensão da sociedade. São referências que os diferentes sujeitos acessam, produzem e reproduzem e que orientam sua ação política.

Empiricamente, encontramos no município de Sarandi um conjunto associativo marcado por diferentes vertentes de atuação, não raro antagônicas entre si, mas também sujeitos que incorporam elementos de diferentes projetos políticos e os mobilizam como estratégias políticas para obtenção de suas demandas. A principal estratégia de pesquisa foi a realização de entrevistas semiestruturadas com os presidentes das respectivas associações de moradores deste município, as quais analisaremos neste artigo<sup>4</sup>.

Os principais resultados indicam, antes de tudo, uma pluralidade existente no interior destas associações, as quais estão filiadas a diferentes projetos políticos. De partida, identificou-se um conjunto de associações ligadas ao que podemos chamar de tradição dos movimentos sociais brasileiros. Tais associações são herdeiras de um projeto político democrático-participativo formulado no Brasil a partir dos anos 1980, mas que chega a Sarandi somente no final dos anos 1990, por meio da atuação de lideranças religiosas ligadas à teologia da libertação e de militantes de esquerda ligados ao marxismo e ao Partido dos Trabalhadores.

Por outro lado, sobretudo nos últimos anos, fortaleceu-se em Sarandi uma vertente associativa marcada pela preocupação com a parceria com o governo municipal. Tais associações rechaçam as ações conflituosas de outras

---

4 Entre janeiro e março de 2012 foram entrevistados 26 presidentes ou, na ausência destes, lideranças de associações de moradores do município de Sarandi. Entre os entrevistados, consta o presidente da União Sarandense de Associações de Moradores (UNISAM). Complementarmente, a observação de atividades realizadas pelas associações e a pesquisa documental foram estratégias mobilizadas para mapear o terreno pesquisado, conhecer as principais lideranças, estabelecer interlocução com os sujeitos desta pesquisa, bem como preencher lacunas não respondidas ao longo das entrevistas. Em Priori (2013) exploramos mais detidamente nossas escolhas metodológicas.

associações e movimentos sociais de Sarandi e reconhecem na aliança com o prefeito municipal o melhor caminho para obtenção das demandas dos seus bairros. É notável, assim, que até mesmo como as demandas são concebidas diverge entre os dois grupos.

Em meio a estas duas vertentes, emerge nesse contexto uma terceira configuração associativa, nominada neste artigo de *seleção estratégica* devido à mobilização de estratégias de diferentes projetos políticos. Assim, embora neste grupo haja os que prefiram uma ação mais combativa ou mais conciliadora, não hesitam em recorrer a formas de luta mais próximas de outro projeto político.

A *seleção estratégica* é entendida como a capacidade das lideranças em compreenderem os diferentes projetos políticos em disputa, os formatos correspondentes de atuação e em elegerem aqueles que entendem mais eficazes e potentes para influenciar os órgãos públicos e garantir conquistas objetivas para as respectivas associações. Em outras palavras, o sujeito associativo tem a sua disposição quadros de referências distintos, crenças e visões de mundo, representações e ferramentas de ação políticas diferentes e umas e outras são medidas pela sua funcionalidade na conquista de suas necessidades associativas. Assim, as diferentes referências são acessadas como se fizessem parte de um estoque amplo e composto de diversas modalidades de estratégias. Da mesma forma, diferentes mediadores políticos são mobilizados conforme a conveniência.

Assim, as referências teóricas utilizadas nesta pesquisa nos permitiram buscar as configurações de associações de moradores e reconhecer as contradições internas a estas associações, bem como compreender os trânsitos que pelo menos algumas associações realizam entre distintas concepções políticas.

## **2 Em busca de uma metodologia analítica**

A pesquisa realizada com organizações sociais no município de Sarandi, no interior do Paraná, foi norteadada pelo esforço de compreender a complexidade do fenômeno estudado e, portanto, fugir das simplificações. Para tanto, por um lado, buscamos tomar contato com a realidade estudada e com os sujeitos da pesquisa, tentando, o tanto quando possível, ouvi-los e entender a forma como eles se identificam. Por outro lado, nos apoiamos num conjunto de referências teóricas que nos permitiram a compreensão da complexidade dos significados da ação destes sujeitos. Inserida dentro da temática

dos movimentos sociais, o objetivo da pesquisa foi compreender as configurações sociais assumidas por associações de moradores no município de Sarandi.

Uma das preocupações centrais da pesquisa foi romper com as determinações econômicas ou culturais e com as dicotomias, tais como indivíduo X sociedade, sujeito X objeto e Estado X sociedade civil. A compreensão é que estes elementos são momentos de um todo complexo formado ao mesmo tempo por indivíduos e sociedade, Estado e sociedade civil, estrutura econômica e cultural. Com efeito, nenhum desses elementos existe independentemente dos outros e só se realizam inseridos em um contexto social.

Esta reflexão parte de Karl Marx, autor que evidenciou, ao menos nas obras históricas, a influência da sociedade sobre o indivíduo, sem se furtar, no entanto, de reconhecer as possibilidades de ação do sujeito, ainda que sob condições historicamente determinadas<sup>5</sup>. De fato, Marx afirma que

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos (MARX, 1997, p. 21).

Na obra em que a citação acima se encontra, a saber, *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, Marx analisa a ação das diversas classes sociais na sua singularidade construída nas disputas reais. Assim, elas não são predeterminadas material ou teoricamente e simplesmente reproduzem o que as condições estruturais determinam. Elas agem, acertam, erram, interagem e se reconstituem. Enfim, são os homens que fazem sua história, ainda que herdem das gerações passadas o cenário no qual atuarão. São eles os sujeitos da história e eles que definem, pelos menos parcialmente, seus destinos.

Esta famosa passagem de Marx pode nos remeter à relação entre o indivíduo e a sociedade – assim como à relação entre sujeito e objeto – e nos levar a perguntar até que ponto as condições materiais definem a ação do indivíduo.

---

5 A relação entre estrutura e superestrutura é, sem dúvida, um dos capítulos mais discutidos na história do marxismo. Tal controvérsia não será levada adiante neste artigo, mesmo porque já foi debatida exaustivamente. Assim, reservo-me a interpretação apresentada nestas páginas, a qual está baseada nas considerações de Marx encontradas em *O 18 brumário* (1997) e nas considerações de Thompson (2011; 2012) e Williams (1979).

Em outras palavras, somos impulsionados a pensar no grau de determinação daquilo que a literatura marxista clássica costumou chamar de condições objetivadas dadas.

Edward P. Thompson soube lidar com este problema sem, contudo, negligenciar a liberdade e a ação humana. O clássico de Thompson, *A formação da classe operária inglesa*, é uma obra exemplar para a reflexão em questão. O argumento que perpassa a obra é que a classe operária inglesa tanto foi formada como se fez a si mesma. Assim, afirma o historiador inglês: “a classe operária não surgiu tal como o sol, numa hora determinada. Ela estava presente no seu próprio fazer-se” (THOMPSON, 2011, p. 9).

Esta vertente de interpretação da obra de Karl Marx procura escapar dos reducionismos economicistas e reconhecer a ação humana como elemento construtor da história. Para Thompson, existe um grande espaço entre a determinação e a forma como os homens em seus contextos históricos específicos elaboram sua experiência: “a consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma<sup>6</sup>” (THOMPSON, 2011, p. 10).

Este autor se propõe a realizar um trabalho que busca interpretar a história passada não por meio das preocupações futuras<sup>7</sup>, mas por si mesma. Isto é, Thompson objetiva recuperar a experiência do período estudado, sem buscar explicar evoluções posteriores com bases no passado. Neste sentido, o autor realiza uma historiografia, por assim dizer, dos silenciados. Crítico de uma vertente em que “os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos” (THOMPSON, 2011, p. 14), o autor pretende compreender os sujeitos estudados por sua própria experiência<sup>8</sup>.

6 A afirmação de Thompson de que “causas que foram perdidas na Inglaterra poderiam ser ganhas na Ásia ou na África” (2011, p. 15) explicita bem o caráter de “fabricação” da consciência.

7 Para Thomson, “não deveríamos ter como único critério de julgamento o fato de as ações de um homem se justificarem, ou não, à luz da evolução posterior” (THOMPSON, 2011, p. 14).

8 “Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade diante do novo industrialismo podia ser retrógada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais” (THOMPSON, 2011, p. 14).

Mesmo correndo o risco de fazer uma transição muito rápida, considerando o limite deste artigo, reporto-me a Eder Sader (1988), autor de um estudo clássico sobre as novas configurações da classe trabalhadora brasileira, mais precisamente da região da Grande São Paulo, nos anos 1970 e 1980. De acordo com Sader (1988), a partir do que foi chamado “condições objetivas dadas”, não é possível deduzir as especificidades do comportamento dos sujeitos sociais.

Claramente influenciado, entre outros, por Thompson<sup>9</sup>, Sader (1988) chama a atenção para as experiências e ressignificações que os sujeitos operaram atribuindo novos sentidos e valores às suas necessidades de reprodução. Para o autor, restringir a explicação à análise de condições estruturais, oculta o que “[...] os antropólogos chamaram de ‘enorme plasticidade do organismo humano’: ou seja, a grande gama de respostas possíveis diante de uma mesma solicitação dada” (SADER, 1988, p. 41). Sader (1988) salienta que limitar a explicação a “condições objetivas” acaba por deixar de considerar a autonomia dos sujeitos e o seu papel criativo na história. Nesse sentido, convém retomar as palavras do autor:

Embora as pessoas se encontrem, de saída, numa sociedade estruturada já de determinada maneira, a constituição histórica das classes depende da *experiência* das condições dadas, o que implica tratar tais condições no quadro das significações culturais que as impregnam. E é na elaboração dessas experiências que se *identificam interesses*, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais. (E certamente, na medida em que tais movimentos se constituem um agente ativo na formação social, mesmo aquela ‘estrutura já dada’ é também produzida pelas interações e lutas de classe) (SADER, 1988, p. 44-45, grifos do autor).

As noções de política e de espaço público, formuladas por Hannah Arendt, também são caras a este artigo ao apontar para a capacidade criativa da ação humana. Para Arendt, política não se define pela força, mas pela participação em um mundo comum, isto é, a política é o próprio mundo formado entre os homens. Nesta concepção, a liberdade e a igualdade são fundamentais para que ocorra a política, atividade humana de maior grandeza. Somente nestas condições é possível constituir um espaço público, onde os homens

---

9 Outros autores também são relevantes na obra de Sader (1988), tais como Antônio Gramsci e Cornelius Castoriadis.

podem usar de sua qualidade da fala para se expressar como nenhum outro, bem como podem agir, o que lhes permite criar algo inesperado, inédito. Evidentemente, neste sentido, privar homens deste espaço, por meio de ações sistemáticas de agentes privados significa a supressão da política<sup>10</sup> ou a desconstrução de espaços públicos.

Política é estar no mundo, colocar-se em público diante da pluralidade e ter capacidade de agir e discursar. A ação, deste modo, é uma atividade fundamental dos homens e corresponde à condição humana da pluralidade: “[...] ao fato de que os homens, e não o homem, vivem na terra e habitam o mundo” (ARENDT, 2010, p. 8). Em um mundo plural, os homens são iguais, por isso, podem se distinguir:

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto da igualdade e da distinção. Se não fossem iguais, os homens não poderiam compreender uns aos outros e os que vieram antes deles, nem fazer planos para o futuro, nem prever as necessidades daqueles que virão depois deles. Se não fossem distintos, sendo cada ser humano distinto de qualquer outro que é, foi ou será, não precisariam do discurso nem da ação para se fazerem compreender. Sinais e sons seriam suficientes para a comunicação imediata de necessidades e carências idênticas (ARENDT, 2010, p. 219-220).

A ação e o discurso se caracterizam como duas categorias centrais no pensamento político de Arendt. Somente a ação permite ao homem realizar o inesperado. Através dela, o homem “[...] é capaz de realizar o infinitamente improvável” (ARENDT, 2010, p. 222) e isso “[...] só é possível porque cada homem é único, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo. Desse alguém que é único pode-se dizer verdadeiramente que antes dele não havia ninguém” (ARENDT, 2010, p. 222-223). Uma vida sem ação e sem discurso seria, por assim dizer, morta para o mundo, uma vez que deixa de ser vivida entre os homens<sup>11</sup>.

10 É importante lembrar que Arendt contrapõe ao espaço público, a esfera privada, símbolo de que o ser humano tem um lugar seu no mundo. Segundo Arendt, para os gregos antigos, possuir um espaço privado não estava relacionado ao acúmulo de riqueza, mas ao fato de o homem possuir um lugar seu, o que lhe dava sustentação para o pertencimento a um corpo político: “originalmente, a propriedade significava nada mais nada menos que o indivíduo possuía seu lugar em determinada parte do mundo e, portanto, pertencia ao corpo político, isto é, que chefiava uma das famílias que constituíam em conjunto com o domínio público” (ARENDT, 2010, p. 76).

11 “A importância de ser visto e ouvido por outros provém do fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes” (ARENDT, 2010, p. 70).

Como possui um caráter revelador do agente juntamente com o ato, a ação necessita para sua plena manifestação da luz do espaço público. A perda do espaço público faz com que a ação perca “[...] seu caráter específico e torna-se um feito como outro qualquer” (ARENDDT, 2010, p. 225). Isso ocorre sempre que o estar juntos se desfaz, quando os homens se colocam uns contra os outros ou se recolhem no mundo privado. Ainda de acordo com a autora, qualquer atividade humana é condicionada pelo fato de os homens viverem juntos, mas a ação “[...] não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens” (ARENDDT, 2010, p. 26).

É importante também esclarecer a centralidade da noção de projeto político para esta pesquisa. É por meio dessa chave analítica que abordamos os diversos padrões e configurações políticas presentes no município de Sarandi. Um projeto político é compreendido como uma matriz política, social e cultural de onde diferentes sujeitos buscam referências para sua ação, mas também, ao mesmo tempo, as modificam e ressignificam. Segundo Dagnino (2004), um projeto político consiste em um conjunto de valores, crenças, interesses e representações do que deve ser a vida em sociedade e que orienta a ação política de diferentes sujeitos.

De acordo com Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), esta noção pretende enfatizar a intencionalidade como elemento importante da política, considerando o papel do sujeito e da ação humana como dimensões essenciais da política. Esta noção apresenta a compreensão de que a política também é um terreno estruturado por escolhas expressas nas ações dos sujeitos, “[...] orientadas por um conjunto de representações, valores, crenças e interesses” (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 39).

Nesse sentido, um projeto político comporta um vínculo indissolúvel entre cultura e política, de modo que “[...] não se reduzem a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam, veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas” (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 39). Assim, da mesma forma que os sujeitos sociais se apoiam em configurações culturais macrossociais, eles também inserem novos elementos que podem transformar e reinterpretar o repertório cultural e as práticas da sociedade.

Outra característica importante dessa noção é que ela não se restringe a ações sistematizadas no campo político institucional, mas comporta uma série

de sujeitos sociais, temas e formas de ação política nas mais diversas instâncias societárias. Dagnino, Olvera e Panfichi salientam que

Essa flexibilidade da noção aqui adotada permite que ela seja capaz de dar conta da multiplicidade e diversidade dos sujeitos políticos envolvidos no processo de construção democrática e das suas diferentes formas de ação política, com frequência desconsideradas nas análises desse processo (DAGNINO, OLVERA E PANFICHI, 2006, p. 40).

Nesse sentido, um projeto político é um conjunto mais ou menos organizado de ideias, interesses, valores e crenças que norteiam a ação dos distintos grupos na luta pela hegemonia<sup>12</sup>. É importante salientar ainda que os projetos políticos não são blocos fechados, da mesma forma que os grupos que os formulam não são impermeáveis e em absoluta oposição a outras vertentes. Na realidade, a forma como os projetos políticos são produzidos, incorporados e transformados podem oscilar e, em alguns casos, mesmo mesclar elementos de distintas matrizes político-culturais.

Assim, é possível que alguns sujeitos incorporem radicalmente um projeto democrático participativo e que rejeitem outras formas de ação, tomadas como conservadoras para este grupo. Por outro lado, também é possível a incorporação radical de outro projeto político. No entanto, além da possibilidade da construção de outros projetos políticos, é possível a incorporação em diferentes graus de elementos destes projetos já instituídos, de modo que a ação de um amplo grupo de sujeitos pode alternar por diferentes concepções de acordo com o contexto com que se defrontam.

Marcelo K. Silva (2006) aborda a questão da sociedade civil, sua relação com o Estado e demonstra que ela não é um ator homogêneo, predisposta, *a priori*, nem para democratizar nem para reproduzir a cultura autoritária. Segundo o autor, não é possível, de partida, concebê-la como democratizante ou como reprodutora das desigualdades sociais. Silva (2006) salienta que

<sup>12</sup> Para os autores, atualmente, na América Latina, dois principais projetos políticos encontram-se em disputa. De um lado temos um projeto herdeiro da tradição autoritária latino-americana, que se reveste de traços neoliberais, e por outro um projeto democrático-participativo, herdeiro da luta dos movimentos sociais. Por serem projetos políticos em disputa, o próprio processo de democratização não é concebido como contínuo ou circunscrito ao Estado, mas como construção: "Um processo complexo, desigual e contraditório, distinto em forma e ritmo em cada nação, determinado tanto pelas especificidades históricas locais, regionais e nacionais, como pelas condições criadas pela globalização e pela intervenção de agências multilaterais, redes internacionais de ONGs e movimentos sociais alternativos" (DAGNINO, OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 7).

O conceito de sociedade civil delimita um campo heterogêneo de atores sociais, os quais podem apresentar os mais diversos tipos de representações e práticas em relação à democracia (divergindo, geralmente, até mesmo sobre o seu significado). A sociedade civil se caracteriza, assim, tanto pela diversidade quanto pela mudança, fazendo com que não haja uma “natureza” preestabelecida, mas sim um contínuo processo de construção, reprodução e transformação dos atores, a partir das configurações geradas pelo campo de relações que estabelecem” (SILVA, 2006, p. 175)<sup>13</sup>.

De acordo com o autor, há análises que identificam na sociedade civil virtudes essencialmente democratizantes e outras que questionam as supostas potencialidades de democratização da sociedade civil e passam a identificá-la com marcados traços clientelistas, autoritários e de baixa densidade participativa. Nesse sentido, segundo o autor,

[...] algumas análises que adotam uma perspectiva crítica em relação às potencialidades democratizantes da “sociedade civil” também apresentam um viés “essencialista”, mas de sentido oposto. Ou seja, contra o pressuposto do inerente caráter democrático da sociedade civil, é assumido o pressuposto da sua insignificância ou, em outras versões, da sua influência negativa à democracia. Ou seja, de “pólo da virtude”, que encarnaria a positividade e assumiria o protagonismo do processo de construção democrática, a sociedade civil se torna um espaço da reprodução das desigualdades, de tensionamento das instituições democráticas e/ou de esvaziamento da própria política [...] (SILVA, 2006, p. 159).

Diante de tais problemas, Silva busca superar esses “essencialismos maniqueístas” por meio de uma abordagem relacional e historicamente situada que, ao contrário de afirmar “determinadas características intrínsecas”, leva em consideração

[...] que não existe uma relação unívoca entre sociedade civil e construção democrática. Ao contrário, esta relação apresenta diferenciações de acordo com os distintos contextos locais analisados, os quais constituíram, ao longo de suas trajetórias, configurações locais específicas, nas quais e pelas quais se definem as relações entre os atores da sociedade civil e a democratização da gestão pública (SILVA, 2006, p. 161).

---

13 Ao longo dos anos 1990, prosperou uma literatura cujos principais expoentes foram Sérgio Costa e Leonardo Auritzer. Tais sustentaram que a sociedade civil seria, grosso modo, por meio das associações civis voluntárias, independente tanto do sistema financeiro como do Estado, capaz de adensar e ampliar os problemas provenientes do mundo da vida e tematizá-los no espaço público, promovendo o alargamento da democracia, isto é, democratizando a própria democracia. Uma crítica a este modelo teórico pode ser encontrada em Çurza Lavalle (2001).

Portanto, as possíveis características das associações e dos movimentos alocados na sociedade civil não podem ser atribuídas *a priori*. Ao contrário, para caracterizá-la é necessário investigar levando em consideração o contexto histórico em que ela se insere, bem como o conjunto de referências sociais e políticas incorporadas pelos diversos sujeitos sociais.

Goetz Ottmann (2006) faz uma interessante análise do processo de democratização ao buscar compreender o espaço que se abre entre o tradicional e o moderno. O autor procura demonstrar que embora a interpretação da persistência de práticas tradicionais no sistema político brasileiro tenha muito a dizer, ela deixa

De examinar o espaço que se abre entre os pontos de referência do 'tradicional' e do 'democrático'. Mais importante, deixa de observar o quanto essas práticas políticas tradicionais estão se transformando nos contextos de democracia participativa, no qual de fato figuram, para melhor ou para pior (OTTMANN, 2006, p. 155).

Ottmann sustenta que o processo de democratização não elimina práticas como clientelismo e patronagem política, mas tende a incorporá-las e transformá-las. Segundo o autor, as transições democráticas, iluminadas pelos ideais universalistas da democracia e de adoção de procedimentos legal-racionais na administração pública, defrontam-se com a desigualdade econômica e com a pobreza, o que faz com que o acesso aos direitos de cidadania passem a ser constantemente negociados: “Dessa forma, [afirma o autor] não é de surpreender que os estudos de caso aqui apresentados indiquem que a democratização das políticas municipais que envolvem a redução da pobreza e das relações de dependência tende a requerer uma rede de assistência social organizada pelo Estado” (OTTMANN, 2006, p. 157).

Ottmann busca desconstruir a imagem de que as noções de clientelismo, patronismo e outros correlatos seriam tradicionalmente ligadas a práticas arcaicas encontradas em países em desenvolvimento. Assim, o autor insere a noção de clientelismo em um contexto de cidadania mediada, ou seja, “[...] num contexto político que não se pauta por regras efetivamente universalistas o acesso à cidadania é constantemente negociado” (OTTMANN, 2006, p. 158). Deste modo, onde os direitos de cidadania não estão disponíveis para a população de baixa renda, eles são perseguidos por alguma forma de ação coletiva. Desse modo, a busca pela patronagem política passa a ser vista como

uma estratégia desenvolvida pela população pobre para acessar direitos e não como uma incapacidade de raciocínio desta. Segundo Ottmann,

A patronagem política (uso de verbas pelos políticos para concessão de benefícios às suas bases eleitorais) certamente constitui um aspecto central da maioria dos sistemas políticos modernos, mas em lugares onde os direitos de cidadania não são universais essa prática se revela ainda mais essencial, na medida em que conforma uma importante rede de assistência social. Assim é que não faz muito sentido conceber o clientelismo latino-americano em termos de um “familismo amoral” banfieldiano: num contexto de pobreza em massa e de direitos de cidadania negociados, a mobilização e a inclusão sociopolíticas dos pobres tende a envolver alguma forma de política de bem-estar (OTTMANN, 2006, p. 159).

O trabalho de Ottmann nos remete à compreensão de que a população pobre se vale das estratégias de que dispõe para conquistar benefícios, ou, em outras palavras, direitos de cidadania. Assim, manter vínculos clientelistas com determinados políticos ou procurar ampliar o máximo possível sua rede de relações seriam estratégias utilizadas por moradores pobres para obter e/ou manter seus benefícios, mesmo que o poder mude de mãos. Outra estratégia apontada pelo autor, com base em seu estudo de caso, é a opção por neutralidade política praticada por líderes comunitários:

Esse era o caso do presidente de associação de bairro Rodrigo Leite, que tinha absoluta convicção da importância de não tomar partido de nenhum dos lados. Caso solicitado a dar apoio, ele o daria a ambos os lados a fim de não ser associado a nenhum dos dois: “não se deve apoiar um só candidato, porque se ele não for eleito o bairro vai acabar sem benefícios. É preciso deixar que os moradores façam suas próprias cabeças”. Dessa maneira, Rodrigo buscava negociar o melhor acordo possível para a sua comunidade (OTTMANN, 2006, p. 163).

Foi, com efeito, a partir da apresentação e análise deste marco conceitual que realizamos a fase empírica da pesquisa. Entre as técnicas de investigação, valemo-nos de um trabalho de campo de natureza exploratória, entre o primeiro semestre de 2011 e o segundo de 2012. Nos primeiros meses de 2012, também realizamos entrevistas semiestruturadas com 27 presidentes ou membros de associações de moradores, entre eles o presidente da União Sarandiense de Associação de Moradores (UNISAM). As entrevistas foram gravadas e integralmente transcritas. Todo o esforço analítico foi concentrado para compreender a complexidade do fenômeno estudado, buscando fugir dos esquemas e das respostas fáceis. Assim, após essa breve revisão

bibliográfica, passamos a apresentar algumas considerações sobre o associativismo sarandiense.

### 3 Projeto político democrático participativo

O município de Sarandi se localiza no norte do Estado do Paraná e faz conurbação com Maringá, município que sedia a região metropolitana, criada em 1998. Embora a Região Metropolitana de Maringá (RMM<sup>14</sup>) seja composta de 25 municípios, efetivamente apenas Maringá, Paiçandu e Sarandi são contíguos. Enquanto Maringá se caracteriza como uma cidade bem estruturada com equipamentos e serviços, as cidades de Sarandi e Paiçandu são caracterizadas pela falta de planejamento urbano e pelo custo de vida mais barato, o que cria condições para que a população de baixa renda consiga se assentar nesses municípios (RODRIGUES, 2004).

Sarandi se caracteriza como uma cidade predominantemente de população com baixa renda e por problemas na área da infraestrutura urbana, educação, saúde, moradia e segurança. Com vários problemas sociais, surge um número significativo de associações de moradores e de outras formas de organização coletiva com a intenção de enfrentar, de alguma forma, tais problemas<sup>15</sup>. Nesse artigo, limitamo-nos a realizar uma análise sumária do associativismo de moradores sarandienses, que se encontra estruturado em distintos padrões de atuação.

Assim, uma parcela do associativismo sarandiense busca inspiração para sua atuação no que podemos chamar de tradição dos movimentos sociais brasileiros<sup>16</sup>. À luz de uma linguagem dos direitos e da igualdade social, este setor realiza uma reinterpretação dos problemas sociais e forja um padrão de ação coletiva capaz de desafiar a ordem estabelecida e criar um espaço público onde pode projetar suas existências, seus dramas, suas vidas.

Essa vertente associativa começou a gestar ainda nos anos 1990 quando a cidade enfrentou uma crise de abastecimento de água, período em que

14 A Região Metropolitana de Maringá foi criada pela Lei Estadual n. 83/98 e constituída inicialmente pelos municípios de Maringá, Sarandi, Paiçandu, Marialva, Mandaguaçu, Mandaguari, Ângulo e Iguaçu. Leis complementares incorporaram outros municípios, totalizando, em 2010, 25 ao todo e reunindo mais de 700.000 pessoas (TONELLA, 2011, p. 5).

15 Para uma análise mais detida das dificuldades do município sarandiense, ver Priori (2013).

16 Ver Sader (1988) e Feltran (2005).

criaram os apelos de privatização por parte da prefeitura municipal. Nesse contexto, emergiu um movimento popular que passou a questionar a solução privatista para “o esvaziamento das torneiras”. Padres ligados à teologia da libertação, grupos de jovens da pastoral da juventude, militantes de esquerda, estudantes secundaristas, associações de moradores passaram a enfrentar o que consideravam prejudicial ao município.

O prefeito desejava vender o sistema municipal de água e inclusive teve o projeto de privatização aprovado na câmara dos vereadores. No entanto, a população se organizou e depois de muitas manifestações, protestos, passeatas conseguiu reverter o processo de “venda da água”. Nesse contexto, é possível afirmar que se inaugura em Sarandi uma nova forma de organização popular, caracterizada pela independência e pela própria recriação política.

Tendo como característica marcante a emergência pública popular e a contestação da política instituída, a partir de então se forjou em Sarandi o que podemos chamar de um campo político democrático-participativo. O conceito de campo político, segundo Feltran, seria um espaço simbólico em que as iniciativas movimentistas se mostram e se apoiam, o que dá sustentação e projeta as lutas sociais para o espaço público. Segundo o autor, sem campos políticos a ação movimentista é como se fosse projetada no vazio<sup>17</sup> (FELTRAN, 2005, p. 209).

A inauguração desse projeto político forjado desde a sociedade civil ocorre com essas jornadas contra a privatização do sistema de água e permanece vivo ainda hoje. É importante mencionar que este projeto não se limitou a atuar desde a sociedade civil, mas passou também a disputar e ocupar cargos no Estado, por meio da eleição de vereadores e até mesmo do prefeito municipal Aparecido Spada, pelo Partido dos Trabalhadores.

Embora não seja hegemônica, essa vertente segue presente em Sarandi por meio de algumas associações que têm politizado questões sociais e fomentado a criação de espaços públicos, por meio da pressão sobre o legislativo e o executivo municipal. É o caso, por exemplo, da associação de Felipe<sup>18</sup> que

---

17 De acordo com Feltran “sem espaços na sociedade para que possam constituir campos políticos [...] em que se mostrem e se apoiem, as iniciativas movimentistas são semelhantes a imagens projetadas no vazio; não se realizam” (2005, p. 209).

18 Ao longo da pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os presidentes de Associações de Moradores do Município de Sarandi-PR e integralmente transcritas. As citações obedecem às regras de citações bibliográficas diretas, e os nomes dos entrevistados são fictícios.

tem rejeitado qualquer parceria com os governantes que venha lhe cercear a liberdade de atuação. Não se trata de recusar o diálogo terminantemente, mas de não permitir que o atrelamento aos governantes prive a associação do direito de denunciar o que julgar incorreto. Segundo Felipe, é importante ter um bom relacionamento com a política institucional, todavia “não ficar preso a eles, né”. Felipe justifica sua posição com base na experiência de outras associações que, na sua avaliação, acabam por descaracterizar o papel de associação, ao se tornarem parceiras dos governantes:

Porque às vezes aqui eu conheço bastante associação que, em vez de desempenhar seu papel de associação de moradores, faz parceria com o governante. E aí não pode reivindicar nada, daí fica preso a ele, cê não tem nada. Nós não podemos ser assim, nós não podemos. Nós temos que fazer um trabalho junto, mas sem tá preso a eles. É que, de repente, até eles vêm aqui e fala: “vou fazer isso aqui, mas você passa pro meu lado”. Não, nossa associação não, a nossa graças a Deus nós somos independente. É, tem, assim, é, vários, membros de vários partidos dentro da associação. Mas nós não somos ligados a ninguém, entendeu? Então nós temos a liberdade de cobrar aquilo que o bairro precisa, aquilo que a população precisa. Então nós não temos medo disso, porque nós não somos preso a eles. Agora se eu faço uma aliança com eles, se comprometendo, como é que eu vou cobrar depois? (Felipe, entrevista, 2012).

É importante salientar que essa independência não significa ruptura com o Estado, tampouco com a política institucional e mesmo com partidos políticos. Trata-se, na realidade, de um projeto político que, tanto na sociedade como no Estado, opõe-se a práticas que se encerram em soluções personalistas e privatistas. Nesse sentido, a associação de Felipe tem realizado um contundente trabalho de mobilização, fiscalizando, denunciando e cobrando soluções das autoridades, seja executiva ou legislativa.

Assim, é possível falar de uma vertente de ação coletiva que sustenta sua prática pelo estabelecimento do conflito, pela fundação de espaços públicos e pela reivindicação de direitos. Essa vertente, como tentamos demonstrar, não está limitada às fronteiras da sociedade civil, mas permanece em contínua relação com o Estado, seja para exigir que ele atenda os direitos da população, seja para ocupá-lo, por meio de eleições. Em seguida, apresentamos outra vertente associativa que tem optado pela negociação e pela parceria, muitas vezes privada, com políticos tradicionais.

## 4 Conciliação e parceria: um projeto governista

O associativismo sarandiense tem passado por mudanças à medida que boa parte das associações adotou predominantemente uma postura de natureza conciliatória e governista. Assim, certos de que a supressão do conflito é mais benéfica, a aposta de boa parte das lideranças associativas recentes tem sido pela parceria com o governo municipal. Em meados de 2010, um grupo de associações apoiados pelo prefeito municipal, Carlos Alberto De Paula Jr. (PDT), organizou uma chapa para disputar a direção da União Sarandiense de Associações de Moradores (UNISAM) e acabou vencendo as eleições.

Esta chapa se contrapunha a diretoria da época, a qual atuava de forma predominantemente conflitiva, inclusive participando das manifestações pela cassação do ex-prefeito Milton Martini<sup>19</sup> (PP). A proposta dessa nova chapa era romper com o padrão de oposição municipal e se aproximar do prefeito. De acordo com Walter, a sua chapa procurou deixar claro ao prefeito que desejavam estar perto dele para que pudessem mostrar ao prefeito a realidade dos bairros:

Assim, na realidade, a gente deixou bem claro que a gente queria tá perto, todo momento a gente queria tá perto. [...] Ou a gente é conversa e se adapta à realidade, a gente busque aquele meio de chegar, falar, a gente precisa de diálogo, e isso que a outra administração não tinha, a concorrência não teve. E a gente propôs o seguinte, a gente quer tá perto, a UNISAM quer tá perto. Foi essa a nossa proposta desde o início com o De Paula (Walter, entrevista, 2012).

Assim, essa chapa se configura, como reconhece Ivani (entrevista, 2012) como o grupo do prefeito: “é na verdade a nossa chapa era do prefeito”. Contudo, é importante salientar que a aposta na parceria com o chefe do executivo não se trata simplesmente de uma manobra manipuladora do prefeito. O que ocorre, na verdade, é uma confluência de opiniões e crenças sobre como atuar politicamente, evidentemente bem distinta daquela apresentada no item anterior.

---

<sup>19</sup> Martini foi eleito em 2008, tendo como vice-prefeito Carlos Alberto de Paula Jr. Depois de denúncias de corrupção e da pressão popular, com especial participação da UNISAM, Martini foi cassado pela câmara de vereadores numa longa sessão legislativa iniciada no dia 1º e encerrada apenas na madrugada do dia 2 de março de 2010. No mesmo dia, De Paula tomou posse como prefeito municipal.

Eleita com o apoio da máquina municipal, a UNISAM passa a fundamentar sua ação num outro quadro de referência. Enquanto a gestão passada se pautava por uma lógica conflitiva, a atual opta invariavelmente pela negociação. Josué, por exemplo, defende o que ele chama de “agir dentro da lei”, em outras palavras, rejeita estratégias como fazer greves, protestos, fechamento de ruas. Sua posição é de que tudo pode ser resolvido na conversa, em vez de fazer o que ele classifica como “baderna”. Nesse sentido, configura-se um projeto que se contrapõe ao democrático e popular:

[...] eles queria que a associação fosse pra cima, fosse fazer greve, fazer fechamento, barulho. Que a gente aí no passado até político andou levando umas cassetada aí, processo aí, por esse tipo de coisas. Eu acho que a linha é sempre dentro da lei, agir dentro da lei é a melhor coisa do mundo. E a primeira coisa que eu sempre tive comigo é a conversa, conversa uma, conversa duas, conversa três, por que não a quarta? Aí a linha é diferente. Então a nossa linha era essa, não ter baderna. Então cê viu que Sarandi ela parou com baderna, Sarandi era noticiado em qualquer é jornal, Sarandi fechou tal lugar, Sarandi fez não sei o quê, acabou isso. E a cidade começou a andar (Josué, entrevista, 2012).

Josué narra com orgulho que a cidade começou a desenvolver-se quando a UNISAM deixou de questionar e passou a apoiar a governo municipal. Nesse sentido, fica evidente o deslocamento de sentido na atuação da UNISAM. Na percepção dele, a aposta na parceria com o prefeito deu certo, e hoje a cidade se encontra bem melhor que antigamente<sup>20</sup>.

Assim, esta vertente acaba por desenvolver uma postura governista à medida que compreende que a associação de moradores ou mesmo a UNISAM é “uma extensão da prefeitura” – para usar a expressão de Ivani – e, portanto, deve zelar sempre pelo bom relacionamento com o executivo municipal. A presidenta defende que as associações sejam como que “office boys” da prefeitura, servindo de intermediários entre o prefeito e o povo e levando as necessidades desses para o executivo<sup>21</sup>.

20 *Ele narra como tem sido o relacionamento com o prefeito: “O De Paula ele falou assim que precisava da UNISAM pra trabalhar e fazer com que a cidade viesse assim a desenvolver. E a gente deu essa credibilidade pra ele, tanto que você viu aí hoje cidade aí hoje, a cidade não tem essa buraqueira mais, a cidade hoje tem uma linda UPA, construindo o hospital municipal. Colégio sendo ampliado lá no Vale Azul, asfalto no Vale Azul, asfalto no Alvarado, entendeu? [...] E assim a gente tinha aquela proposta, se tá fazendo lá o meu tá próximo. Essa é a esperança do pobre, né. O dia de amanhã vai ser melhor. Se tá fazendo vai melhorar e vai ser rápido” (Josué, entrevista, 2012).*

21 *“Eu costumo dizer assim que nós somos uma espécie de office-boys da prefeitura. Que a gente pega e leva, faz a entrega dos problemas lá. Então, é, teria que ser mais valorizado o presidente de bairro porque, na verdade,*

Na mesma direção, Anderson entende que, mesmo sem perder a autonomia, a associação de moradores deve evitar ser oposição, devido aos riscos que esta postura atrai:

[...] eu não concordo com a oposição, porque a oposição, às vezes, demais, ela atrapalha, ela atrapalha. [...] Muita oposição não é legal. E daí o prefeito, o político, o vereador ele vai começar a ter uma rixa com você e você como presidente de bairro, com certeza ele vai te atender menos, na prefeitura. Você sendo parceiro dele não, ele vai te atender mais vezes (Anderson, entrevista, 2012).

De fato, essa opção pela amizade com o governo trata-se claramente de uma estratégia de ação ancorada na conquista de benefícios imediatos. O raciocínio é mais ou menos assim: “em troca do meu apoio político a você, quero que você atenda o meu bairro”. No entanto, essa estratégia apresenta um déficit democrático participativo, visto que a mobilização popular, a tematização pública dos direitos e o protagonismo social cedem lugar a uma solução privada, precária e com certo tom clientelista, pois se estabelece uma relação de troca entre o gestor e o morador.

A configuração dessa vertente associativa permite depreender um padrão de ação coletiva distinto do que apresentamos anteriormente. Enquanto aquela se vale de critérios públicos, conflitivos, rejeitando a negociação personalizada, essa vertente, numa postura de negação ao perfil do primeiro grupo, opta pela amizade, pela rejeição da oposição ao poder público, pela amenização do conflito e pela resolução por meio da conversa. Desse modo, é possível afirmar que perpassa por este grupo um padrão mais restrito de democracia e mesmo menos participativo, já que em vez de mobilizar a população para cobrar o poder municipal, as redes pessoais e a negociação dos gabinetes são consideradas mais eficazes.

Assim, podemos identificar no interior da sociedade civil nos limites territoriais de Sarandi-PR, um padrão de ação coletiva – o que temos chamado de projeto político – de natureza participativa, reivindicatório, conflitivo, mas também um projeto conservador, governista e elitista do ponto de vista da

---

*a associação de moradores é uma extensão da prefeitura. E se o prefeito coloca isso na cabeça ele poupa até uma quantia de trabalho, de funcionários, de tudo. Porque cê quer saber de um problema que tem aqui, você chega no presidente de bairro, ele vai saber do problema” (Ivani, entrevista, 2012).*

construção democrática. Todavia, é possível identificar ainda atores que não se limitam as estratégias de apenas um destes tipos opostos, mas que oscilam entre um e outro, ora tendendo mais a negociação, ora mais ao conflito.

## 5 Entre a negociação e o protesto – seleção estratégica

Em parte significativa dos presidentes de associação de moradores de Sarandi, uma forma específica de ação chama atenção justamente por não expressar com convicção nem o padrão democrático participativo nem o governista, ou melhor, por expressar os dois em momentos distintos de sua ação. De fato, cabe ao analista estar atento às sutilezas das tramas sociopolíticas, para evitar a redução a um ou outro polo da luta política e para não cair na armadilha de caracterizar tais grupos em alguma forma de esquizofrenia ou anomalia. De fato, tal configuração nos levou a debruçar analiticamente sobre esta problemática e desenvolver formas de análise capazes de expressarem as singularidades desses grupos. Dentro desse esforço que elaboramos a noção de seleção estratégica.

Observa-se, de fato, no discurso de um grupo de presidentes, uma transição entre os projetos políticos instituídos em Sarandi. Isso não significa, todavia, que eles considerem suas ações práticas contraditórias. Segundo suas percepções, a forma como fundamentam suas ações é coerente com as demandas de seus bairros e para alcançá-las mobilizam os repertórios de estratégias que têm a sua disposição. Nesse sentido, sua atual opção por uma atuação mais combativa ou mais conciliatória pode ser modificada no futuro, desde que o contexto se modifique e exija novas estratégias. Trata-se de uma tensão e de uma reavaliação contínua em que referências distintas são analisadas, examinadas e consideradas suas possibilidades de sucesso. Tal contexto acaba por resultar num padrão de atuação específico de parte das associações de moradores de Sarandi, ou seja, a *seleção estratégica*.

O caso do presidente de associação Joel, por exemplo, deixa transparecer este trânsito, miscibilidade e seleção entre distintos projetos políticos. A referência principal dele é a negociação via amigos e conhecidos, mediadores que podem influenciar no atendimento de suas demandas. Todavia, caso essas redes privadas falhem, ainda há à sua disposição a possibilidade do estabelecimento do conflito e do embate público, quando a população pode ser mobilizada para conquistar a “melhoria pro bairro”. Neste caso, os principais mediadores seriam as lideranças dos movimentos sociais do município.

Próximo afetivamente a lideranças importantes do campo conservador – prefeito e secretários de município –, Joel demonstra enxergar nos “pedidos” ao prefeito a melhor solução para as questões do bairro:

Respeito ele e toda a vida eu conversei com ele, que eu vou pedir alguma coisa, ele nunca falou não pra mim. Ele só pediu um tempo, porque Sarandi tem muito problema, ele falou: “Oh, Antônio, me dá um tempo que eu vou tentar resolver da melhor maneira possível, *ceis* não vão se arrepender”. Eu, eu, no que eu pedi pra ele até hoje, tanto como o secretário da fazenda também, que é muito meu amigo, eu nunca ouvi não, não, até hoje não, não, sempre quando pediram um tempo e sempre colaboraram pra me ajudar (Joel, entrevista, 2012).

A narrativa de Joel indica o que ele concebe como melhores alternativas para solucionar os problemas sociais que tanto o afligem. Ele busca a mediação de suas demandas em vínculos privados: suas amizades, a palavra de gestores públicos e mesmo do prefeito são formas razoáveis de conseguir atendimento para o bairro. Todavia, se for necessário, ele não se opõe à realização de protestos – forçar um conflito público –, pois em alguns casos não resta alternativa à população:

É, porque hoje muitas vezes você vê certas situação, então é direito também manifesto, de panelaço que o pessoal fala, cara-pintada. Então muitas vezes o que acontece na cidade é isso, se não fizer um manifesto, parece que infelizmente os políticos não apoiam, [...] eles não escutam e a gente tem que fazer, se for preciso fazer sim, e eu acho que como presidente, estou disposto, eu apoio (Joel, entrevista, 2012).

Essa formulação de Joel possivelmente é inspirada nas lutas populares conflitivas, em toda mobilização democrático-participativa realizada na cidade de Sarandi e mesmo nas lutas de dimensão estadual e nacional. Nesse sentido, ele deixa entrever que algumas causas somente podem ser conquistadas por meio do conflito publicamente estabelecido. Trata-se de uma estratégia que pode ser utilizada em casos específicos. Quando seu bairro, por exemplo, enfrentou problemas com o asfalto, a associação propôs a organização de um protesto; Joel não se opôs, mas pediu um tempo para “conversar com alguém” e, graças à sua amizade dentro da prefeitura, não foi necessária a manifestação:

Teve já alguma coisa pra sair, inclusive eu era vice-presidente ainda, teve um protesto já iniciado no bairro. Eu perguntei, cheguei no pessoal, vamos dizer assim, no líder, que tava fazendo isso, pedi pra ele que me desse uns dias de prazo, que eu ia conversar com alguém. Porque era sobre o recapeamento do nosso bairro, uma ruas que não tinham nem

condição de circular. Ele me deu esse prazo, então não teve protesto. Eu fui lá, conversei com o pessoal, que são muito meus amigos dentro da prefeitura, não vou mentir. E a gente conseguiu essa melhoria de trazer o recapeamento pra onde precisava e começou a rebaixar também a iluminação pública [...] (Joel, entrevista, 2012).

Assim, Joel (entrevista, 2012) se mostra satisfeito com os serviços que a prefeitura vem prestando, apesar de pensar que “[...] dava pra fazer um pouquinho mais, eu acredito que dava”. Ao mesmo tempo em que usa expressões como “pedir”, “conversar com alguém”, “ajuda”, Joel parece mudar de registro na reflexão política e social – como a simpatia pelos atos públicos – e fala em cobrar direitos e lutar pelo bairro. Desse modo, ele mescla elementos mais combativos e outros mais conciliatórios, como nesse trecho de sua entrevista, quando num primeiro momento fala em “cobrar” e “reivindicar” para, em seguida, afirmar a “ajuda” da prefeitura:

[...] A gente tem *cobrado*, a gente tem falado, a gente tem explicado, é, a gente tem *reivindicado* junto ao prefeito a melhoria pro bairro, aconteceu já alguma coisa sim. Então o povo agora tá começando a brigar um pouco mais, desde os três anos que eu fiquei de vice, agora sou o presidente da associação, a gente vem *reivindicado* isso, eu não vou dizer que a gente não teve alguma *ajuda*, que teve sim (Joel, entrevista, 2012, grifos nossos).

Discursivamente Joel busca romper com um padrão conservador de atuação associativa, mas no momento seguinte regressa a este mesmo padrão. Nesse sentido, a disputa de distintos projetos políticos ocorre nas representações sociais e na ação dele. Em seu caso, tal problemática parece equilibrar-se, através da constituição de um repertório de estratégias de ação para conquista de distintas demandas. Nessa direção, é o grau de dificuldade e a possibilidade ou não de negociação pessoal que determinará se é preciso recorrer ao conflito.

O caso de Cléber, por sua vez, também é ilustrativo dessa apropriação seletiva de elementos de distintos projetos na prática associativa em Sarandi. Ao contrário de Joel, Cléber tem um histórico de participação em mobilizações populares passando por lutas históricas no município, como a empreitada contra a privatização da água e pela cassação do prefeito municipal Milton Martini<sup>22</sup>, além de muitas outras de menor destaque em nível municipal.

22 *A luta contra a privatização do Departamento de Água e Esgoto de Sarandi foi uma exitosa luta levada a cabo pelos movimentos populares entre os anos de 1998 e 1999. Este foi um importante momento de consolidação dos movimentos sociais de Sarandi e de fortalecimento de novas lideranças de esquerda. A luta pela cassação*

Cléber valoriza a participação popular e em sua fala são recorrentes expressões como “luta”, “comunidade”, “injustiça”. No contexto de sua narrativa, tais expressões remetem a um projeto político, cuja igualização das relações sociais esteja na base. Por outro lado, Cléber recentemente fechou um acordo com o prefeito, pelo qual, em troca de apoio da associação, o prefeito se comprometeu a “trabalhar pro bairro”.

A análise da entrevista de Cléber revela suas referências e sua prática política. Ele é um remanescente da luta contra a privatização da água<sup>23</sup> e se refere a esta luta como a um marco político para Sarandi, resultado da união do povo:

[...] Eu acho que foi uma conquista do povo de Sarandi aquela luta lá, cara. Porque, igual eu falei pra você, o povo unido, cara, o povo unido ele tem força [...] Então foi, foi um basta, uns falam que eu foi dum jeito, mas eu falo assim: a comunidade unida, ela jamais será vencida, pode vir quem for. Então naquele ano eu acho que foi um marco pra cidade. E até hoje tá a água aí, não precisou de privatizar [...] (Cléber, entrevista, 2012).

Essa concepção participativa não fica guardada no passado, mas ainda é referência atual para Cléber, que entende que uma associação que conte com a participação ativa dos moradores se fortalece e pode trazer “avanço” para o bairro:

Quanto mais membros você colocar dentro de uma associação, quanto mais associado tiver, a associação pega força. [...] A gente tem as pesquisas na mão, a gente tem associação aqui no, no Sarandi mesmo que ela tá caminhando sozinha, por quê? Ela conseguiu engajar os moradores dentro, se nós conseguir a gente vai avançar bastante (Cléber, entrevista, 2012).

De acordo com Cléber, por meio da participação popular, eles poderão implementar o projeto “Bairro Bom de Viver”, o qual vem sendo arquitetado pela associação e tem por objetivo realizar uma mudança estrutural no bairro. A concretização deste projeto faria uma grande transformação no jardim, já que, segundo Cléber, existente há mais de quarenta anos, ainda não é asfaltado, não possui posto de saúde, praças, tem muitos terrenos baldios com matagal, assaltos, tráfico de drogas e não tem políticas públicas para a juventude. Nesse sentido, o projeto intitulado “Bairro Bom de Viver” buscaria atacar em

---

do prefeito Milton Martini (Partido Progressista), também vitoriosa, ocorreu entre o fim de 2008 e início de 2009. Para outras informações, ver Priori (2013).

23 Ver nota anterior.

todas em frentes visando construir um bairro estruturado e com assistência às famílias e aos jovens em situação de vulnerabilidade social.

Recentemente Cléber celebrou um acordo com o prefeito conservador Carlos De Paula, numa clara estratégia de atrair a atenção do poder público municipal para o bairro: “É, nós tivemos a oportunidade do ano passado a gente ter fechado um acordo com ele, pra ele trabalhar pro bairro mais, aí. É por isso que a gente tá conseguindo muita coisa” (Cléber, entrevista, 2012). Assim, ao mesmo tempo em que Cléber elabora um discurso crítico, denunciando as dificuldades em ter acesso ao poder municipal, do abandono que o bairro enfrenta historicamente, ele procura atrair os olhares do prefeito e de pelo menos alguns vereadores, porque “se você não tá dentro da política municipal, você não consegue discutir nada” (Cléber, entrevista, 2012).

Não obstante a parceria firmada, Cléber não se esquivava das críticas ao prefeito, o que deixa clara a consciência da sua escolha estratégica pela parceria com o prefeito:

O relacionamento com o prefeito é, olha, eu vou falar pro cê assim, é difícil, se fosse possível, hoje, hoje a gente tem, consegui é uma história aí com prefeito. Mas de cada, é, vamos supor assim, de cada doze meses que você vai lá, você consegue uma [...], uma conversa, a cada doze meses. É, nós tivemos a oportunidade do ano passado a gente ter fechado um acordo com ele, pra ele trabalhar pro bairro mais, aí. É por isso que a gente tá conseguindo muita coisa. Mas eu vejo cara, eu acho que a associação ela tem que ter relacionamento com o prefeito e o prefeito deveria e como obrigação como ele é, é um homem público, e ele é prefeito da cidade inteira: ele deveria não só ter compromisso com a associação, mas sim assumir as consequências que a associação precisa (Cléber, entrevista, 2012).

Apesar de reconhecer que o dever do prefeito é com o coletivo, Cléber entende que somente se mantiver esse acordo, mesmo com dificuldades de ter acesso ao prefeito, poderá avançar no atendimento das necessidades do bairro.

Mediante os fatos mencionados, é possível afirmar que os casos de Cléber e Joel ilustram posições que mesclam elementos de um projeto político conservador e outro democrático-participativo, sendo comum o trânsito entre uma e outra concepção de mundo e a mobilização de diferentes estratégias de mediação de suas demandas. Nesse sentido, estes sujeitos acabam por formular um padrão de atuação capaz de selecionar estratégias distintas, no intuito de minimizar as necessidades do bairro. O caso de Joel narra a constituição de

uma conformação associativa que nasce de um grupo político, cujas relações pessoais e as decisões tomadas pelo alto são prática comum. Nesse sentido, Joel, ligado afetivamente a tais sujeitos, encara com naturalidade tal padrão de ação e o mobiliza quando necessário. Por outro lado, Joel reconhece a necessidade da formulação de movimentos de protesto em casos que não haja alternativa.

Cléber, por sua vez, teve boa experiência nas lutas populares de Sarandi, participando de atos públicos, organizações e mobilizações por melhorias nos bairros. Apesar de crítico dos elementos não universalistas da gestão municipal, fez parceria com o prefeito, com o intento de conquistar mais “benefícios” para o bairro. Nesse sentido, a formulação de espaços públicos e o conflito, próprio da política, são colocados em segundo plano, com o intuito de minorar os problemas do bairro.

## **6 Considerações finais**

Iniciamos este artigo apresentando referências teóricas que ajudassem na análise das organizações populares no município de Sarandi. Tais referências foram buscadas em autores como K. Marx, E. Thompson, Hannah Arendt, Eder Sader, E. Dagnino, M. K. Silva e G. Ottmann, os quais indicam possíveis caminhos a seguir e orientam as perguntas e as considerações feitas acerca das configurações assumidas por associações de moradores de Sarandi.

A pesquisa realizada buscou amparo nos autores citados anteriormente porque visava uma abordagem que considerasse a influência dos condicionantes estruturais, mas que não bloqueasse a análise da capacidade criativa do ser humano. Portanto, este artigo centrou a análise na ação dos sujeitos políticos em foco, mas sem deixar de considerar o contexto histórico-social ao qual estão inseridos, bem como o peso da estrutura sobre eles. Tais referências criaram condições para que pudéssemos compreender as principais características dos projetos políticos em disputa em Sarandi, as estratégias traçadas por seus atores e mesmo suas contradições.

Assim, encontramos três padrões assumidos por associações de moradores em Sarandi. Tais vertentes não são compreendidas como blocos fechados, mas como processos em disputa. Analisamos um projeto político de padrão conflitivo, por herdar a tradição de luta e contestação dos movimentos sociais e por

alargar o espaço da política. Abordamos ainda um grupo de associações que se caracteriza pela mobilização de vínculos privados e busca de influências de políticos tradicionais para o alcance de suas demandas. Em meio a estes perfis, fomos obrigados a forjar um conceito capaz de expressar as singularidades de um terceiro grupo de associações. Analisados sob a noção de *seleção estratégica*, este grupo se diferencia pela mobilização de elementos tanto conflitivos como conciliadores para conquista de suas reivindicações de acordo com as possibilidades de êxito de uma ou outra estratégia.

Esta pesquisa, evidentemente, não pretende esgotar o tema, tampouco possui pretensão generalizadora. De fato, novas frentes de pesquisa se abrem a partir das considerações aqui traçadas. Entre o amplo trabalho ainda por ser feito, consideramos urgente olhar com mais cuidado para o que apresentamos como *seleção estratégica*, com o intento de pôr o conceito a prova em outras localidades. Quais as consequências dessa configuração para a construção democrática? É possível encontrar configurações semelhantes em outros contextos? Qual a relação desse fenômeno com a política contemporânea? Quais os impactos da seleção estratégica para a tradição dos movimentos sociais? Como os setores políticos conservadores lidam com a seleção estratégica? Quais os limites dessa trama? Questões como estas e outras que possam vir a ser formuladas, em nossa avaliação, abrem uma nova agenda de pesquisa.

## Referências

- ARENDDT, H. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- DAGNINO, E. Confluência perversa, deslocamento de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, A. (Ed.). **La cultura em las crisis latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2004. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/clacso/gt/20100918091218/10dagnino.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2011.
- \_\_\_\_\_. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVARES, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. (Org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP, 2006.
- FELTRAN, G. de S. **Desvelar a política na periferia: história de movimentos sociais em São Paulo**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; FAPESP, 2005.

GURZA LAVALLE, A. **Espaço e vida públicos**: reflexões teóricas e sobre o pensamento brasileiro. 2001. Tese (Doutorado em Ciência Política)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARX, K. O 18 brumário de Luís Bonaparte. In: \_\_\_\_\_. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. Tradução Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

OTTMANN, G. Cidadania mediada: processos de democratização da política municipal no Brasil. **Novos Estudos**, v. 74, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29645.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2011.

PRIORI, J. **Conflito, seleção estratégica e conciliação**: política e democracia na ação de setores populares em Sarandi-PR. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

RODRIGUES, A. L. **A pobreza mora ao lado**: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)–Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, M. K. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, jul./dez. 2006.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa 1**: a árvore da liberdade. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa, 2**: a maldição de Adão. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

TONELLA, C. Cultura política, dimensões do exercício da cidadania e participação na vida pública em cidades da região metropolitana de Maringá-PR. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE OPINIÃO PÚBLICA DA WAPOR, 4., 2011, Belo Horizonte. Disponível em: <[http://www.waporbh.ufmg.br/papers/Celene\\_Tonella.pdf](http://www.waporbh.ufmg.br/papers/Celene_Tonella.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2012.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Recebido em 01.09.2013  
Aprovado em 27.06.2014

## Collective action and social movements: in search of an analytical methodology

### **Abstract**

This article aims to present the results of a research of residents' associations in the city of Sarandi, Paraná. The incorporation of a set of theoretical references that value human action without neglecting the influence of the structure allowed to analyze the political action of subject associations, recognizing their creative ability, but considering the historical and social influences, is at the local level or wider. Such research has led us to identify the formation of three patterns of activity in the group of neighborhood associations in Sarandi, namely democratic participatory, governing and what we call *strategic selection*, a concept coined by us from the analysis of the survey data.

**Keywords:** Human action. Political project. Democracy.